

Título da comunicação: Da Carta de Lei de 1821 (Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça) ao Decreto-Lei 123/2011 (Ministério da Justiça): gestão, preservação e comunicação dos fundos documentais da Justiça.

Resumo:

O Ministério da Justiça reúne desde 1821, data da criação da Secretaria de Estado dos Negócio da Justiça um relevante espólio documental para a investigação histórica contemporânea. Desde fundos relativos a *Negocios Ecclesiasticos* de que foi responsável, a fundos de *Justiça Civil, e Criminal, a Expedição das Nomeações de todos os Lugares de Magistratura, Officios, e Empregos pertencentes a esta Repartição, a Inspeção das Prizões, e quanto he relativo á segurança Publica*¹, a fundos relativos a medicina forense e mais recentemente (2006) a fundos relativos ao registo da propriedade industrial, são numerosos e dispares os recursos informacionais da Justiça disponíveis ao cidadão.

Pretende-se para além da promoção deste espólio, em nome da salvaguarda de uma memória coletiva e individual (plano evolutivo/histórico), divulgar a atuação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça na preservação dos recursos documentais pelos quais é responsável (plano da gestão da informação), identificando o que a distingue na função, enquanto Secretaria-Geral, e referenciando os projetos de arquivo considerados relevantes desenvolvidos e/ou em curso. Neste plano o enfoque da abordagem incidirá não apenas sobre as políticas, projetos, metodologias e instrumentos arquivísticos no contexto organizacional da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, mas sobretudo sobre projetos transversais ao Ministério por si coordenados, no âmbito das suas atuais competências em matéria de arquivos, fator desde logo diferenciador relativamente às restantes Secretarias-Gerais da Administração Pública. Serão referenciados, entre outros, o projeto PCA MJ – Plano de Classificação e Avaliação Documental do Ministério da Justiça, assim como o projeto ASIA – Avaliação

¹ *Carta de Lei, porque Vossa Magestade Manda que se execute o Decreto das Côrtes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, que determina que os Negocios que presentemente correm pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, fiquem interinamente distribuidos por duas Secretarias de Estado; huma denominada dos Negocios do Reino; e outra dos Negocios de Justiça, declarando os objectos que pertencem a cada huma das Secretarias, tudo na forma acima declarada [1821].*

Suprainstitucional da Informação Arquivística, coordenado pela DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

Pretende-se ainda identificar os desafios futuros da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça relativamente à gestão dos fundos documentais pelos quais é responsável, face aos constrangimentos atuais e ao objetivo último de uma gestão informacional eficaz e eficiente na tutela (plano dos desafios). Neste plano, evidenciam-se metas e prioridades na gestão e preservação dos recursos informacionais considerando condicionalismos ao nível dos restantes recursos organizacionais existentes.

Nota biográfica:

Vítor Salgueiro.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Desde 30.11.2012 Diretor de Serviços de Apoio Especializado, Recursos Documentais e Relações Públicas, da Secretaria-Geral do MJ; 2012-2008: Diretor de Serviços de Recursos Documentais, Arquivo e Património Histórico, da Secretaria-Geral do MJ; 2007: Chefe de Divisão de Documentação e Biblioteca, da Secretaria-Geral do MJ; 2006-2001: Chefe de Divisão de Informação e Documentação, da Secretaria-Geral do MJ.

PROJETOS RELEVANTES: 2015-2006 Participação no projeto ASIA-Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística:

Coordenador do Plano de Classificação e Avaliação Documental do MJ

Coordenador do Grupo de Trabalho de Arquivos do MJ

Coordenador do Grupo de Trabalho das Bibliotecas da Justiça

Coordenador do projeto Rede de Conhecimento da Justiça

2004-2001: Responsável pelo projeto de Organização do Arquivo Histórico do MJ; Responsável pela elaboração do Plano de Classificação de Arquivo da Secretaria-Geral do MJ; Responsável por vários projetos editoriais do MJ.

2000-1995: Responsável pela coordenação do projeto de automatização dos circuitos documentais do Gabinete de Estudos e Planeamento do MJ; Responsável

pela elaboração do Plano de Classificação de Arquivo do Gabinete de Estudos e Planeamento do MJ; Autor do projeto de portaria de gestão documental da Direção de Serviços do Registo Nacional de Pessoas Colectivas-

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 1994 Pós-graduação em Ciências Documentais/Documentação e Biblioteca, pela Fac. de Letras da Universidade Clássica de Lisboa; 1986 Licenciatura em História, pela Fac. de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: 2009 FORGEP-Programa de Formação em Gestão Pública; 2007 Diploma de Especialização em Gestão Documental.